

HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DE LIVROS PUBLICADOS SOBRE *ANTIGO REGIME NO BRASIL*: PRIMEIRA DÉCADA, 2001-2012

*Brazilian historiography of published books on the Ancient Regime in Brazil:
First decade, 2001-2012*

Alexander Martins Vianna¹³⁹

Resumo: Este artigo analisa a historiografia brasileira publicada em livros que foram responsáveis pela revisão crítica da História Colonial do Brasil à luz do tema Antigo Regime. Foram analisadas as redes de referências internacionais mais recorrentes que possibilitaram a formação dos seus principais conceitos-chave, abordagens e objetos. Foram também identificados seus contatos e contrapontos em relação à historiografia brasileira precedente. A mensuração da primeira década de produções acadêmicas em livros sobre *Antigo Regime no Brasil* considerou principalmente como índices de relevância desse campo acadêmico aqueles livros e coletâneas especializados que passaram por alguma comissão avaliadora e receberam financiamento público para publicação. Para o balizamento cronológico da sua primeira década historiográfica no mercado editorial brasileiro, foram utilizadas as coletâneas *O Antigo Regime nos Trópicos* (2001) e *Monarquia Pluricontinental, século XVI-XVIII* (2012)

Palavras-chave: Historiografia Brasileira – Livros – Antigo Regime

Abstract: This article analyzes the Brazilian historiography published in books which have made critical approaching reviews on the Colonial Brazil History on the light of European revisionist historiography on the Ancient Regime. The main trends, approaches, objects and keywords of the European revisionist studies were analyzed and compared with Brazilian ones. At the same time, this article analyzes the main trends and approaches of Brazilian 20th Century social and economic historiography for or against which Brazilian revisionist studies have stood up. Here, the field of Brazilian revisionist studies on the *Ancient Regime in Brazil* was measured by specialized and published books whose importance has been evaluated by academic commissions of Brazilian public funding agencies for researches. Furthermore, the chronological hallmarks of the first decade of rising of the published books about *Ancient Regime in Brazil* were established by two master works: *O Antigo Regime nos Trópicos* (2001) and *Monarquia Pluricontinental, sécs. XVI-XVIII* (2012)

Keywords: Brazilian Historiography – Books – Ancient Regime

Introdução

A partir da segunda metade da década de 1990, emergiu uma historiografia brasileira sobre Brasil Colonial interessada em revisar as grandes chaves críticas centradas nos temas “pacto colonial” e “antigo sistema colonial”. Com foco de interesse em poder político, instituições, soberania, governações, estruturas e relações sociais, tal revisionismo tendeu a considerar que a modelização teórica centrada em “antigo sistema colonial” e “pacto colonial” estava marcada pela projeção, às experiências do passado, das categorias e concepções sistêmicas liberais relativas à *economia política*, ao *constitucionalismo no direito* e ao *neocolonialismo*. Antes da onda revisionista

¹³⁹ Professor de História Moderna do Departamento de História e Relações Internacionais da UFRRJ. Mestre e Doutor em História Social pela UFRJ. Contato: alexvianna1974@hotmail.com.

historiográfica que redundará na ***Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil***, havia o interesse crítico-diagnóstico específico da historiografia brasileira sobre Brasil Colonial em explicar, particularmente depois da II Guerra Mundial, as *razões estruturais do subdesenvolvimento do Brasil* e de contar a história do país nos marcos críticos de uma *teleologia da independência econômica*.

A ***Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil*** inaugura uma virada crítico-historiográfica brasileira que ainda não foi suficientemente diagnosticada, talvez por ser ainda um fenômeno muito recente, ou pelo simples fato de os principais atores acadêmicos desse novo campo de possibilidades de pesquisa no Brasil ainda não terem tido oportunidade para se afastarem um pouco de seus objetos e, assim, avaliar as principais linhas de força, marcos críticos, tensões e negociações acadêmicas que definem a emergência de qualquer campo acadêmico de pesquisa. Este artigo pretende fazer um primeiro esboço de diagnóstico desse novo campo historiográfico brasileiro de estudos coloniais.

Para tanto, foram utilizados como índices de campo acadêmico os livros e as coletâneas especializados que passaram por alguma comissão avaliadora e receberam financiamento público para publicação. Portanto, o campo historiográfico será aferido por meio das obras publicadas em livros que passaram a difundir as suas principais teses para um público mais amplo e sinalizam efetivamente para a difusão de novos modelos, métodos, abordagens, questões e objetos para um público acadêmico ainda não especializado, como os estudantes nas graduações de História. Tal virada crítico-historiográfica contrastou com o campo crítico preexistente na historiografia brasileira, o que também será abordado aqui em suas principais linhas de força. Para o balizamento cronológico da primeira década historiográfica de livros sobre *Antigo Regime no Brasil* que foram publicados no mercado editorial brasileiro, foram utilizadas, paradigmaticamente, as coletâneas “*O Antigo Regime nos Trópicos*” (FRAGOSO, 2001) e “*Monarquia Pluricontinental, século XVI-XVIII*” (FRAGOSO, 2012).

A ***Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil*** esteve relacionada, no Brasil, a diálogos com a revisão de abordagens, objetos e questões historiográficas europeias focadas em compreender a *singularidade histórica das estruturas e dinâmicas institucionais e sociais do Antigo Regime*, o que significou uma grande guinada na forma de abordar o tema da *Formação do Estado Moderno*. Tal historiografia europeia remonta à década de 1980 e esteve preocupada em superar a projeção, para a História

Europeia entre os séculos XIII e XVIII, de categorias de percepção e avaliação formadas pelo *telos crítico* de modernidade quando abordava temas relacionados à cultura, sociedade, leis, direitos, economia, práticas sociais, sociabilidade, pensamento, representações de poder, padrões de legitimidade política, parâmetros de autoridade social e dinâmicas institucionais. O *telos crítico* de modernidade questionado pela virada crítica europeia sobre Antigo Regime foi aquele orientado por um paradigma de narrativa historiográfica formada pela premissa tácita da inevitabilidade do Estado Nacional, do capitalismo, da secularização do pensamento ou do imperativo individualizante liberal-emancipatório da igualdade civil.

Os efeitos desse diálogo revisionista nos estudos brasileiros sobre instituições e formas sociais ibero-americanas entre os séculos XVI e XVIII manifestaram-se no mercado editorial brasileiro na virada para os anos 2000, depois de uma frutuosa emergência de artigos, teses e dissertações com o mesmo viés revisionista na segunda metade da década de 1990¹⁴⁰. Em 2001, pela primeira vez no mercado editorial brasileiro, foi publicada uma coletânea de estudos coloniais sobre Império Marítimo Português em que a palavra-chave *Antigo Regime* aparece no título da obra. Trata-se, como já foi mencionado, de “*Antigo Regime nos Trópicos*”.

Assim, podemos falar da emergência (no pós-Guerra Fria) de uma *Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil*¹⁴¹ como antítipo das premissas

¹⁴⁰ Vale a pena registrar que, analisando os bancos de teses e dissertações das principais instituições públicas brasileiras entre 1995 e 2000, só há uma incidência de dissertação e/ou tese que utilizou em seu título o termo *Antigo Regime* como demarcador de distintividade de abordagem: VIANNA, Alexander Martins. **O ideal e a prática de governar: O Antigo Regime no Brasil Colonial** (Diss.). Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2000. Recentemente, este trabalho foi retomado, aperfeiçoado e ampliado pelo autor, redundando no livro: VIANNA, Alexander Martins. **Antigo Regime no Brasil: Soberania, Justiça, Defesa, Graça e Fisco (1643-1713)**. Curitiba: Prismas, 2015.

¹⁴¹ Para efeito de amostragem, considerar: FRAGOSO, João et alii. **O Antigo Regime nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. **Na encruzilhada do império: Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro, 1650-1750**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). **Modos de Governar: Ideias e Práticas políticas no Império Português, séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005; BICALHO, Maria Fernanda et alii. **Culturas Políticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005; ABREU, Martha et alii. **Cultura política e leituras de passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas**. São Paulo: Alameda, 2008; SCHWARTZ, Stuart B. et alii. **O Brasil no Império Marítimo Português**. São Paulo: EDUSC, 2009; RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial: Brasil, 1530-1630**. São Paulo: Alameda, 2009; MONTEIRO, Rodrigo Bentes et alii. **Império de várias faces**. São Paulo: Alameda, 2009; MELLO E SOUZA, Laura de et alii. **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009; FRAGOSO, João et alii. **Na trama das redes: Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; GUEDES, Roberto (org.). **Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português**. Rio de Janeiro: Mauad, 2011; MONTEIRO, Rodrigo Bentes et alii. **Raízes do Privilégio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; FRAGOSO, João et alii. **Monarquia Pluricontinental, sécs. XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

sistêmicas econômicas e sociológicas *dependentistas* e *subdesenvolvementistas* que tiveram em Fernando Novais um de seus índices-pináculo hegemônicos depois da publicação, em 1978, da tese “*Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808*”. Enfim, é o lugar específico de interlocução e formação desse novo campo historiográfico brasileiro focado em novas abordagens sobre poder político, instituições, soberania, governações, estruturas e relações sociais no Brasil Colonial que eu gostaria de abordar neste artigo.

Antes do *Antigo Regime no Brasil*

Antes da difusão da tese de Fernando Novais como índice-pináculo ponderador de campo crítico, a historiografia que abordou, entre as décadas de 1920 e 1970, especificamente a relação entre poder político, instituições e sociedade no Brasil colonial oscilou num campo de temas, objetos, paradigmas analíticos e questões que poderia, modelarmente¹⁴², ser balizado por dois autores-índice:

Oliveira Vianna (1883-1951) que, focando no papel colonizador dos clãs dos grandes potentados locais, pensou-os como os verdadeiros núcleos da política e da justiça na colônia, tirando como consequência disso que o meio geográfico condicionou o exercício do poder, as formas socioeconômicas da colonização e evidenciaria o caráter artificial das instituições metropolitanas.

Raymundo Faoro (1925-2003) que, focando no tema da *transferência de instituições*, criticou as premissas da “*singularidade colonial*” e do “*caráter artificial das instituições metropolitanas*” de Oliveira Vianna. Por seu viés, a colônia seria um *prolongamento do Estado metropolitano*, que seria patrimonialista e de forte tradição centralizadora¹⁴³.

¹⁴² Este balizamento de tipologia historiográfica foi proposto originalmente por: WEHLING, Arno. O Estado Colonial na Obra de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Elide Rugai et alii. **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Unicamp, 1993. p.63-81

¹⁴³ Embora Raymundo Faoro parta das categorias sociológicas de Max Weber para refletir sobre a persistência do “patrimonialismo” como um traço formativo do Estado Brasileiro, faz uma apropriação dos conceitos que não segue as mesmas expectativas críticas dos tipos ideais de estruturas de poder de Weber. Resumidamente, podemos dizer que, ao ter como objeto de sua crítica a experiência do Estado Novo e como coeficiente de legitimidade o aparato institucional do liberalismo constitucional norte-americano, Faoro pensa “patrimonialismo” como forma estrutural de corrupção do Estado por meio de famílias de grandes potentados que se apossariam dos dispositivos estatais para potencializar e projetar as suas esferas domésticas de poder. Nesse sentido, a “estrutura centralizadora” do Estado metropolitano não concorreria necessariamente com os poderes locais, não sendo algo “externo” ou *artificial* em relação às formações geográficas dos poderes locais; pelo contrário, esses poderes locais disputariam entre si a ocupação desse aparato, o que é coerente com o modelo analítico que Faoro também desenvolve ao pensar o Estado Novo como resultado da cisão ou crise intra-oligárquica da República Velha. Enfim, para Faoro, caracterizaria o “patrimonialismo” a fusão corrupta dos meios da administração pública com o

Se pensarmos no polo historiográfico representado por Oliveira Vianna, é importante abrir um parêntese: a partir da década de 1930, a modelização centrada em determinantes geográficas e sociológicas ao modo de Oliveira Vianna seria deslocada pela chave de crítica social marxista de Caio Prado Jr.(1963; 1965) ao desenvolver as suas teses crítico-diagnósticas sobre a evolução política do Brasil, ou a formação do Brasil contemporâneo. Em todo caso, a premissa da “singularidade colonial” em contraponto às “instituições metropolitanas” perdurou sem contestação até a emergência do livro “*Os Donos do Poder*”(1958), de Raymundo Faoro, com seu ataque liberal direto ao estado centralizador varguista por meio de sua concepção de *telos crítico* sobre História do Brasil que remontava à ascensão de D. João I (1357-1433) ao trono de Portugal (1385). Qual a função desse recuo para Raymundo Faoro?

Ele pretendia demonstrar que muitos dos traços político-institucionais que, ao modo de Oliveira Vianna, a historiografia até então atribuía à “singularidade colonial” seriam, na verdade, características da Formação do Estado Português. Daí, tal como Oliveira Vianna, Raymundo Faoro afirmaria a precedência das instituições metropolitanas sobre a sociedade em construção na colônia, mas entenderia isso como parte orgânica do sistema colonizador português e não como algo artificial imposto de fora, ou em enfrentamento inevitável e permanente com os patronatos locais. Em todo caso, a tese da *transferência de instituições* ao modo de Raymundo Faoro já estava formada por coeficientes liberais de criticidade no modo como concebia a aplicação do conceito *patrimonialismo* para construir compreensão histórica de longa duração a respeito das dinâmicas das relações institucionais e sociais entre potentados locais e poderes soberanos.

Embora a *Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil* tenha se firmado no campo acadêmico e no mercado editorial brasileiro, entre 2001 e 2012, como antítipo à modelização de Fernando Novais, entendo que um dos (d)efeitos das polarizações nesse debate¹⁴⁴ foi o obscurecimento da percepção, na geração 2000 de estudantes e

patrimônio doméstico dos agentes da administração, o que impediria a formação social de um *ethos* liberal efetivo de distinção entre o *bem comum* e a *esfera doméstica de autoridade patriarcal*. Por esse viés, o “patrimonialismo” seria o *ethos* da corrupção formativa do Estado Brasileiro, cuja origem remontaria à própria formação do Estado Português, sendo muito mais um traço formativo ibérico do que uma singularidade colonial.

¹⁴⁴ Ver a crítica de Laura de Mello e Souza em: MELLO E SOUZA, Laura de. **O sol e a sombra**: Política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Ver a contracrítica de Maria de Fátima Gouvêa em: GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas e centralidades régias no mundo português, c.1680-1730. In: FRAGOSO, João et alii. **Na trama das redes**: Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.154-202. Ver também: PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil**: Poder e política na Bahia

pesquisadores de História no Brasil, das principais linhas de força do campo historiográfico no Brasil entre as décadas de 1920 e 1970. Antes de a onda revisionista da *Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil* polarizar o debate com as teses de Fernando Novais, criando alguma cortina de fumaça sobre a tradição crítica que o antecedia e da qual ele também fazia parte, poderíamos tipologicamente balizar, tal como propôs Arno Wehling (BASTOS, 1993: 63-81), com Oliveira Vianna e Raymundo Faoro o campo crítico de 50 anos de historiografia do século XX que pretendeu abordar especificamente a relação entre poder político, instituições e sociedade no Brasil Colonial por meio de modelizações centradas em explicações estruturais, sejam estas de viés sociológico, etológico ou econômico.

Obviamente, há inúmeras variáveis de objetos e temas no campo historiográfico balizado com Oliveira Vianna e Raymundo Faoro. No entanto, é possível identificar uma *constante temática* que perdura por 50 anos – da qual Fernando Novais fazia parte – e que configurava um *telos crítico* de narrativa histórica formada pelas *expectativas da emancipação político-econômica* e pelo *empenho ético-diagnóstico da historiografia na superação do subdesenvolvimento* – este último horizonte crítico intensifica-se particularmente depois da II Guerra Mundial¹⁴⁵. Tal *constante temática* seria o dilema da *formação de cristandades fora de Portugal* por meio de um *sistema latifundiário agrário-exportador* subordinado a um *sistema fiscal centralizado e drenador de recursos locais*, sendo este figurado em gradativa oposição aos interesses das elites locais mais afastadas dos centros decisórios do poder, particularmente depois das Reformas Pombalinas.

Outro efeito da polarização crítica com as teses de Fernando Novais foi obscurecer o fato de que a *Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil* aproximar-se-ia muito mais do campo crítico de Raymundo Faoro por pretender atenuar a premissa institucional-etológica da *singularidade colonial* ao modo de Oliveira Vianna, em favor da abordagem centrada no teste adaptativo da transferência das instituições e lógicas estamentais-patrimonialistas ibéricas ao Novo Mundo. Não por acaso, observamos o uso da toponímia *nos trópicos* em “*Antigo Regime nos Trópicos*”(FRAGOSO, 2001). No

colonial, 1548-1700. São Paulo: Alameda, 2013. Em todo esse cenário historiográfico de embates polarizados, distingue-se a singular e inovadora perspectiva “Atlantic History” de Luís Felipe Alencastro em: ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil Atlântico, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁴⁵ Um marco crítico importante, de viés cepalino, nessa direção foi a produção intelectual de Celso Furtado. Para efeito de amostragem, ver as citações de suas obras nas referências bibliográficas.

entanto, duas diferenças estruturais importantes devem ser assinaladas, pois fazem esse livro inaugural de campo crítico se distinguir daquele iniciado originalmente por Raymundo Faoro:

a *Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil* está marcada por *estudos focais*, abrindo mão de uma leitura sociológica estrutural de longa duração na definição de hipóteses sobre a formação das dinâmicas institucionais e o papel das elites brasileiras na política desde a colônia até o Brasil contemporâneo (do segundo governo Vargas, na ocasião da primeira edição de “*Os Donos do Poder*”);

a *Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil* deliberadamente tenta se livrar do peso dos coeficientes de criticidade liberais que ainda formavam o modo como Raymundo Faoro construía julgamento histórico ao deslocar as categorias sociológicas weberianas para sua leitura social de longa duração a respeito da formação política e social das elites do Brasil em seus diversos momentos de tensão e aliança com os polos de soberania (em Portugal ou no Brasil) ao longo de quatro séculos de História do Brasil.

A forma de Raymundo Faoro pensar o *contínuo histórico-sociológico* das elites brasileiras por meio da categoria *patrimonialismo*¹⁴⁶ ainda estava moldada pelo *empenho ético-diagnóstico* (no caso dele, liberal) *característico da historiografia brasileira voltada à superação do subdesenvolvimento*. Contudo, o efeito dessa ênfase no *contínuo histórico-sociológico de um suposto patrimonialismo ibérico como traço formador da relação entre poderes centrais e poderes locais* foi a atenuação da diferença histórica efetiva como meio de percepção dos fatores que tornavam distintas as dinâmicas institucionais e jurídicas, as relações sociais, as organizações econômicas e os dispositivos fiscais no Brasil durante o Antigo Regime. Para Raymundo Faoro, crítico ao centralismo varguista, a ordem constitucional liberal e urbanizada simplesmente foi descontinuada ou incompleta depois da independência. O modelo de ordem constitucional liberal e urbanizada que ele tinha em mente era o norte-americano.

Considerando isso, podemos constatar que, ao pretender acentuar a singularidade histórica do mundo das instituições e das relações sociais dos impérios coloniais anteriores ao constitucionalismo e à economia política liberal, a *Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil* rompeu com as premissas do *contínuo histórico-sociológico*

¹⁴⁶ Vide nota 5.

patrimonialista ao modo de Raymundo Faoro, sendo mais historicamente rigorosa e menos dedutiva no uso de conceitos sociológicos, econômicos e antropológicos. Para tanto, desenvolveu interlocuções acadêmicas específicas que considero determinantes das suas principais características de temas, abordagens e questões para a História do Brasil Colonial, a ponto de podermos falar efetivamente de uma *nova historiografia* em que o termo “Colonial” cede lugar a “Antigo Regime” como palavra-chave no campo acadêmico de estudos sobre poder político, instituições, estruturas e relações sociais nos estados brasílicos da Coroa Portuguesa antes de 1808.

Temas e traços de abordagens sobre Antigo Regime no Brasil

Sem pretensão de ser exaustivo, destaco nas publicações brasileiras de coletâneas e livros, entre 2001 e 2012, algumas recorrências de interlocuções que formaram possibilidades de abordagens que reconfiguraram o modo de conceber questões e objetos inclusive da história político-administrativa do Brasil Colonial: (1) a sociologia da dádiva de Marcel Mauss, por meio dos estudos de Bartolomé Clavero sobre a etologia das mercês e das práticas econômicas e fazendárias no Antigo Regime; (2) a relação entre história e antropologia na abordagem *economia moral* (em contraposição à *economia política*) de E. P. Thompson, para se entender padrões coletivos de conflitos e negociações jurídicas em sociedades tradicionais; (3) a antropologia pós-funcionalista e pós-estruturalista de Fredrik Barth, particularmente os estudos de identidade, mobilidade, hierarquia, relações e redes sociais por meio da trajetória e genealogia de indivíduos-pivô e/ou famílias, parentelas ou linhagens; (4) os estudos específicos de *social agency* da história social das elites administrativas ibéricas, desenvolvidos particularmente por Nuno Gonçalo Monteiro por meio das trajetórias de indivíduos, famílias e linhagens; (5) a apropriação das leituras que Karl Polanyi fez de Marcel Mauss para criticar a universalização geográfica e histórica no uso de concepções e categorias da economia política liberal; (6) o viés específico de micro-história em Giovanni Levi, com seu estudo social de trajetória biográfica que enfatizava a necessidade de valores econômicos não serem abstraídos das práticas sociais e dos recursos imateriais sancionados pelos atores sociais; (7) a renovação crítica da história do direito e das instituições capitaneada por Antônio Manuel Hespanha desde a década de 1980; (8) a perspectiva “Atlantic History” e a abordagem constitucionalista

de “autoridades negociadas” de Jack Greene; (9) os estudos sobre a complexidade das relações entre poderes locais e centrais *corporatistas*¹⁴⁷ na América Colonial à luz da obra de François-Xavier Guerra¹⁴⁸.

Em todos esses diálogos, parecia haver um esforço conjunto de superar o modelo dependentista diádico “Metrópole/Colônia” da abordagem *antigo sistema colonial* para enfatizar estudos sobre: (a) as autoridades negociadas, hierarquias e mobilidades sociais, nos quais as teses principais de Charles Boxer sobre as câmaras municipais no Império Marítimo Português são retomadas sob novo ângulo de abordagem a respeito do poder político e instituições no Antigo Regime¹⁴⁹; (b) as práticas de mercês como lastros de coesão social e política do Império Marítimo Português; (c) as formas de governações ou os modos de governar, considerando as redes familiares ou *império em redes* durante o Antigo Regime; (d) as redes clientelares das parentelas patriarcais e os efeitos da *economia das mercês* na configuração dos negócios, governações, circulações de bens e indivíduos no interior do Império Marítimo Português; (e) a natureza mutável, pragmática e multifacética dos vínculos hierárquicos de subordinação dos atores institucionais e sociais no interior do Império Marítimo Português.

Como já foi assinalado, um índice-pináculo importante sobre esta virada crítica acadêmica foi a coletânea “*Antigo Regime nos Trópicos*”, na qual as principais propostas de revisões críticas de abordagens, conceitos e objetos demarcaram tendências de pesquisa que perduram até hoje. Sobre este tipo de produção historiográfica, um traço dominante é a recorrência dos temas: mercês, redes sociais, mobilidade/hierarquia social e governações, desenvolvidos por meio de *estudos focais* de grupos sociais ou indivíduos-pivô (governadores, vice-reis, secretários, conselheiros, indivíduos de escalões médios ou de empresas comerciais) e/ou de localidades-índice

¹⁴⁷ Aqui, uso “*corporatista*”, em vez de “corporativismo” ou “corporativista”, pois estes últimos insurgem como uma matriz de crítica antiliberal nos séculos XIX e XX. Portanto, “corporativismo” é um conceito antitético assimétrico em relação ao conceito “liberalismo”. Sobre esta discussão, ver: DOYLE, William. **O Antigo Regime**. São Paulo: Ática, 1991.p.9-25; MARTINHO, Francisco Carlos et alii. **Os intelectuais do Antiliberalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Nesse sentido, com “*corporatista*” (ou “*corporatismo*”) quero afirmar a singularidade histórico-sociológica (estamental-patrimonial), etológica e cultural da dinâmica e concepção de causalidade sobre leis, poder político, justiça, autoridade social, soberania, estrutura e relações sociais na Europa (e suas esferas coloniais) entre os séculos XV e XVIII.

¹⁴⁸ As especificações das obras constam nas referências bibliográficas.

¹⁴⁹ Ver particularmente: BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). **Modos de Governar: Ideias e Práticas políticas no Império Português, séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005; BICALHO, Maria Fernanda et alii. **Culturas Políticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

para estudos das dinâmicas e estruturas das tramas e rede tensas e colaborativas das elites do Império Português.

Outro traço que deriva desses focos temáticos é o interesse em fazer novas perguntas às fontes regimentais, legais, concelhias, camarárias, epistolares e curiais que as situassem como evidências das culturas políticas, do vocabulário, da dinâmica institucional e das performances de relações sociais e políticas características do Antigo Regime. Além disso, o diálogo com a micro-história também possibilitou que tais fontes – particularmente as “relações”, “memórias”, “livros de razões” e “genealogias” – deixassem de ser abordadas como meras bases de dados seriais (i.e., inventários a descrever estruturas sociais de forma estática na longa duração) para serem, então, entendidas como manifestações de estratégias, valores, negociações e recursos (materiais e imateriais) socialmente sancionados e disputados pelos atores sociais na rede do Império Português.

Entre 2001 e 2012, por meio de vários *estudos focais* de trajetórias de indivíduos, famílias ou grupos, a ***Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil*** enfatizou: (1) as táticas e as estratégias negociadas de autoridade social e política na rede imperial durante o Antigo Regime; (2) as formas sociais e estratégias de ascensão ou mobilidade social-racial-geográfica na malha colonial durante o Antigo Regime; (3) a casuística jurídico-administrativa corporatista, estamental e flexível de acomodação de conflitos de interesses, de jurisdições e de mobilidade social-racial-geográfica nas malhas do império; (4) as representações de autoridade soberana, mediação de soberania e de pertencimento ao corpo político; (5) a participação e interferência das elites coloniais nas alianças e acordos da Coroa Portuguesa; (6) a dimensão antidoral dos vínculos fiscais-financistas e de serviços das elites formativas das malhas de governações da *Monarquia Pluricontinental Portuguesa*¹⁵⁰.

Aliás, a noção de *Monarquia Pluricontinental Portuguesa* é um marco definidor do abandono da díade conceitual iluminista “metrópole/colônia” em favor da noção de *redes de governações antidorais* do Império Marítimo Português. Desse modo, enfatiza-se a interdependência interessada, estratégica, flexível, multidimensional, dinâmica e nem sempre assimétrica dos atores sociais nas redes do império, atenuando a tendência de interpretar os *corpora* extra-reinóis do corpo político da Coroa Portuguesa pelo viés

¹⁵⁰ Sintomaticamente, depois de aparecer como *título de capítulo em coletânea* em meados dos anos 2000, o termo reaparece como *título de coletânea*. Ver: FRAGOSO, João et alii. **Monarquia Pluricontinental, sécs. XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

histórico-moral emancipatório, que enfatizava e simplificava os fatores causadores de conflitos num sentido que levaria inevitavelmente à *crise do antigo sistema colonial*: a submissão unilateral, impositiva e subalternizante da “colônia” à estrutura fiscal-drenadora da “metrópole”.

Diferentemente do que pretendeu veicular uma reação simplificadora às revisões críticas da *Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil*¹⁵¹, esta não visou a negar a diferença hierárquica entre reino e conquistas – e as constantes tensões (e ajustes de tensões) entre interesses locais e centrais –, mas sim penetrar na dinâmica mutável das redes de privilégios dos diferentes *corpora* que se agregavam, ao longo do tempo, para a formação do corpo político da Coroa Portuguesa, cujo poder soberano, como em qualquer Estado no Antigo Regime, seria o tutelador-mor – reconhecido pelos súditos preeminentes – da rede mutável de privilégios que configurava vínculo ao corpo político da monarquia portuguesa.

A rigor, chegando-se a tal percepção, a própria noção de *Monarquia Pluricontinental Portuguesa* já é um truísmo. Afinal, depois de 1640, com o fim da União Ibérica (1580-1640), o que volta a existir como entidade política é a Monarquia Portuguesa como corpo soberano pleno, formado de *corpora* (reino e as conquistas ou estados¹⁵²) continuamente reconfigurados por meio de redes de privilégios mutáveis ao longo do tempo, cujo papel, nas conquistas ou estados extra-reinóis, deveria ser, em princípio e por diferentes vias de contratos e privilégios, colaborativo com a soberania fiscal-financista da Coroa Portuguesa¹⁵³.

Outro efeito crítico importante da *Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil* foi demarcar a diferença histórica estrutural da experiência colonial no Antigo Regime em relação às dinâmicas de domínio e subordinação colonial dos séculos XIX e XX, abandonando-se de vez os marcos temáticos da *filosofia da colonização* de Paul

¹⁵¹ Ver o lamentável exemplo de: PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial, 1548-1700**. São Paulo: Alameda, 2013.

¹⁵² Embora haja uma flutuação no uso das palavras “estado” e “conquista” na documentação portuguesa dos séculos XVI e XVII ao se referir aos territórios extra-reinóis, é possível identificar um *sentido normativo em seu uso*: *conquista* pode significar a imposição plena de soberania sobre um novo território (territorial ou marítimo), ou seja, colocar *à sombra do rei um conjunto de territórios, pessoas e bens* (i.e., *estado*). Nesse sentido, um *estado* pode ou não ter uma territorialidade fechada. Um *estado de conquista* significa que sua fronteira ainda não está fechada. Disso decorre que nas *marcas provisórias* ou *extremaduras* de uma *conquista* podem se estabelecer *colônias*, ou seja, um povoamento de produtores que cresce em torno de uma base militar-comercial, que pode ser uma fortaleza ou feitoria. É nesse sentido que o povoamento de Sacramento, em 1680, é chamado de Colônia. Este mesmo sentido para colônia pode ser encontrada no tratado “*O príncipe*” (1513), de Nicolau Maquiavel.

¹⁵³ Ver: VIANNA, Alexander Martins. **Antigo Regime no Brasil: Soberania, Justiça, Defesa, Graça e Fisco (1643-1713)**. Curitiba: Prismas, 2015. p.45-69; 151-208

Leroy-Beaulieu (1843-1916) que estiveram presentes por muito tempo no modelo dependentista de abordagem de História Colonial do Brasil¹⁵⁴.

Conclusão

Poderíamos dizer que os paradigmas de racionalização histórica nos estudos coloniais brasileiros migraram **DO** pressuposto da permanência de estruturas (sociais, econômicas, políticas, jurídicas e etológicas), estudadas pela chave sociológica da longa duração (e geralmente analisadas por meio de um coeficiente de criticidade de viés liberal, cepalino, positivista, historicista, racista, populista ou marxista, conforme autor e época), a serem combatidas ou superadas no presente como traços formativos nacionais; **PARA** *estudos focais* das relações e redes sociais coloniais em *contextos assimétricos mutáveis de poder e de enquadramento político, jurídico-institucional e socioeconômico*, enfatizando-se a diferença do passado (Antigo Regime) para perspectivar as estruturas do presente, mas sem a combatividade crítica (ou diagnóstica) focada no *inventário de traços nacionais de longa duração* que definia a ética historiográfica brasileira, entre as décadas de 1920 e 1970, sobre História Colonial.

A primeira década editorial do revisionismo crítico da *Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil*, com seu foco específico em poder político, instituições e hierarquias sociais, poderia ser definida como uma nova leitura estrutural dos impérios coloniais no Antigo Regime por meio das noções de *social agency*, *redes sociais* e *autoridades negociadas*, com tendência a repetitivos *estudos de caso* sobre *trajetórias de famílias e/ou indivíduos em governações*. Por que repetitivos? Porque variam em *estudos focais*, mas não propriamente em problemática historiográfica e marcos de abordagem, como demonstram as recorrências temáticas de *mercês*, *fiscalidade*, *governações*, *mobilidade*, *hierarquias* e *redes sociais* na proposição de objetos de pesquisas nas coletâneas e livros levantados entre 2001 e 2012.

Considerando a natureza de seus temas e traços de abordagens recorrentes, a produção acadêmica brasileira (concebida no pós-Guerra Fria) contrasta, em *telos*

¹⁵⁴ Ver: LEROY-BEAULIEU, Paul. **De la colonisation chez les peuples modernes**. Paris: Guillaumin et Cie, 1874. Esta é a primeira edição, com 616 páginas. No entanto, o livro foi sofrendo diferentes acréscimos até 1902, quando a obra passa a ter dois volumes: 538p.(vol.1); 725p.(vol.2). A partir da edição de 1891, houve o acréscimo de “Filosofia da Colonização” como capítulo de conclusão da obra. Esta obra foi a precursora da tipologia “colônia de povoamento”/“colônia de exploração”, o que vai influenciar fortemente Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Novais e toda a geração de intelectuais que, até a década de 1980, operava com o *modelo dependentista agrário-exportador de pacto colonial* para construir *telos crítico* sobre a História econômica, social, etológica, política e institucional do Brasil.

crítico, com as teleologias historiográficas que a precederam: embora aborde situações de conflito, particularmente nos estudos sobre século XVIII, a ***Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil*** está mais interessada nos estudos sobre *fatores e dispositivos de coesão social, interdependência e reciprocidade sociopolítica e fiscal no Império Marítimo Português*. Uma das consequências dessa *historiografia do consenso* é o fim de um coeficiente de criticidade na narrativa historiográfica que fosse efetivamente voltado para uma perspectivação histórico-diagnóstica *de passado* para ações transformativas ou propositivas sobre o *presente*. Nesse sentido, estamos bastante distantes do tipo de *telos crítico-historiográfico* sobre passado colonial com *finalidade diagnóstica* voltada para a ação transformativa-desenvolvimentista sobre o presente que podíamos encontrar, por exemplo, em Caio Prado Jr., Raymundo Faoro, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Celso Furtado ou Fernando Novais.

A ***Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil*** vem estabelecendo diálogos com o revisionismo crítico europeu a respeito dos temas *Antigo Regime e Formação do Estado Moderno*. Contudo, ainda conserva ênfases marcadamente ibéricas, francesas e italianas, sendo formada, por vezes, por noções apriorísticas tácitas focadas na suposta *especificidade corporatista mediterrânea e/ou católica ou ibérica*. Em alguma medida, esse aspecto específico da ***Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil*** vai na contramão das tendências de estudos comparados feitos pela historiografia europeia desde a década de 1980, quando se começou a pensar, no contexto dos dilemas da União Europeia, em modos de estudar a história da Formação do Estado no Antigo Regime por meio de um viés crítico que não fosse meramente confirmativo das premissas historiográficas e institucionais liberais e nacionalistas formadas desde o século XIX¹⁵⁵.

Na ocasião dessa *virada crítica* sobre o tema do Estado na Europa, ocorreram encontros de pesquisadores e projetos editoriais coletivos em História Moderna, assim como, a formação de grupos de trabalhos internacionais, em que o grande chapéu temático das *Origens do Estado Moderno na Europa* (sécs. XIII-XVIII) serviu para ampliar as trocas entre os pesquisadores europeus. Um bom exemplo disso foi o projeto coletivo de pesquisa (iniciado em 1987) dirigido por Wim Blockmans e Jean-Philippe Genet. Tal pesquisa fora dividida nos seguintes grupos de trabalho: (A) “guerras e competições entre os sistemas estatais”; (B) “sistemas econômicos e finanças de

¹⁵⁵ Para efeito de amostragem, ver balanço de resenhas organizado por: BAYARD, Françoise et alii. L'État dans l'Europe Moderne (Comptes rendus). *Annales(HSS)*, vol. 52, n. 2, p.393-443,1997. Ver também: WOLFGANG, Reinhart (dir.). *Les élites du pouvoir et la construction de l'État en Europe*. Paris: PUF, 1996. As demais obras podem ser vistas nas referências bibliográficas.

Estado”; (C) “os instrumentos legais do poder”; (D) “poder, elites e construção do Estado na Europa”; (E) “resistência, representação e sentimento de pertencimento comunitário”; (F) “o indivíduo na teoria da prática política”; (G) “iconografia, propaganda e legitimação”(WOLFGANG, 1996: VI-XI). A ***Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil*** tem sido perpassada por tais temas, embora, infelizmente, sem desenvolver a chave comparativa ao modo do projeto de Wim Blockmans e Jean-Philippe Genet.

Em vez de enfatizar, como nas décadas de 1960 e 1970, os estudos das resistências das *comunidades corporatistas locais* em face ao *Estado burocrático, homogeneizante e insensível* (obviamente, havia nesse tom de abordagem uma presença da fórmula analítica toquevilliana “absolutismo vs. sociedade de corpus”), houve a tendência, nos estudos europeus desde finais da década de 1980, em enfatizar: (1) a singularidade histórica das tensas e reciprocamente interessadas e estratégicas trocas entre as localidades de poder e os poderes centrais do Estado no Antigo Regime; (2) a lógica própria de funcionamento das instituições, justiça, leis e costumes do Estado no Antigo Regime; (3) as relações entre Estado e Religião, mas fora de um *telos crítico* de modernidade iluminista, cujos focos recorrentes eram a *emancipação do indivíduo*, a *secularização das instituições* e o *desencantamento do mundo*; (4) as formas historicamente específicas e complexas de coeficientes antropológicos e jurídicos de legitimidade institucional-social das autoridades centrais e locais do Estado no Antigo Regime.

Tal virada crítica sobre Antigo Regime e Formação do Estado Moderno na historiografia europeia tem demonstrado que os poderes centrais e locais formavam entre si complexas redes sociais de interesses, mais ou menos estáveis, que se mantinham justamente por meio de: (a) *uma dinâmica senhorial e/ou antidoral de formação de clientelas políticas*, tanto mais clara de ser entendida se o pressuposto (b) *estamental de organização das hierarquias sociais e funcionais* fosse analiticamente implicado com uma (c) *estrutura patrimonialista de poder*. Eram esses três caracteres histórico-sociológicos que definiriam uma dinâmica singular para as relações sociais, concepções de poder e o funcionamento das instituições do Estado no Antigo Regime. Tudo isso levou também à revisão no uso do conceito (liberal) *absolutismo*¹⁵⁶, com a

¹⁵⁶ Ver os paradigmáticos exemplos de: ASCH, Ronald, DUCHHARDT, Heinz (eds.). **El Absolutismo: Un Mito?** Barcelona: Idea Books, 2000; COSANDEY, F.; DESCIMON, R. **L’Absolutisme en France: histoire et historiographie**. Paris: Seuil, 2002.

tendência de autores, inclusive franceses, a abandonarem o uso do conceito, em favor da valorização do uso dos conceitos de época, como *poder absoluto*.

Portanto, mesmo que ainda não tenha explorado todo o potencial crítico pós-nacionalista e comparativista dessa onda revisionista europeia iniciada na década de 1980, o revisionismo da ***Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil*** é formado pelas mesmas premissas e ponderações críticas centrais. Além disso, tem colaborado – embora numa rede ainda marcadamente luso-brasileira – para suscitar uma nova perspectiva sobre história das ideias políticas, representações de poder e concepções e vivência de soberania na América do Antigo Regime. Aliás, alguns trabalhos luso-brasileiros especificamente focados *resistência, representação e sentimento de pertencimento comunitário* – muitos dos quais centrados em estudos sobre o vocabulário social, político e jurídico no Antigo Regime – têm solapado as tipologias de história das ideias setorizadas em correntes “constitucionalistas”, “republicanas”, “corporativas” e “absolutistas”¹⁵⁷.

Tudo isso me faz pensar na onda revisionista da ***Historiografia sobre Antigo Regime no Brasil*** como um fenômeno intelectual saudavelmente iconoclasta, mas que, a meu ver, ainda precisa encontrar para si um coeficiente ético de criticidade que dê à sua forma específica de produzir perspectivação histórica uma finalidade comparativo-diagnóstica voltada para a ação transformativa sobre o presente, de modo a colaborar com a crítica ao liberalismo pós-Guerra Fria, particularmente a sua pretensão de eternidade e universalidade na forma de perceber e avaliar a vida, as pessoas, as coisas, a reciprocidade social, os laços humanos em geral e as responsabilidades institucionais, grupais e individuais voltadas ao *bem comum*.

Referências bibliográficas:

ABREU, Martha et alii. **Cultura política e leituras de passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁵⁷ Para efeito de amostragem, ver comparativamente: CARDIM, Pedro. ‘Administração’ e ‘Governo’: Uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). **Modos de Governar: Ideias e Práticas políticas no Império Português, séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005. p.45-68; CARDIM, Pedro. **Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime**. Lisboa: Cosmos, 1999; FURTADO, João Pinto. “Viva o rei, viva o povo, e morra o governador”: Tensão política e práticas de governo nas minas de Setecentos. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). **Modos de Governar: Ideias e Práticas políticas no Império Português, séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005. p.403-412; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho**. São Paulo: Hucitec, 2002.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil Atlântico, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANTÓN, Luis González. **Las Cortes en la España del Antiguo Régimen**. Madrid: Siglo XXI, 1989.

ASCH, Ronald, DUCHHARDT, Heinz (eds.). **El Absolutismo**: Un Mito? Barcelona: Idea Books, 2000.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2000.

BARTH, Fredrik. **Scale and Social Organization**. Oslo/Bergen/Tromso: Universitetsfoglget, 1972.

BASTOS, Elide Rugai *et alii*. **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Unicamp, 1993.

BAYARD, Françoise *et alii*. L'État dans l'Europe Moderne (Comptes rendus). **Annales(HSS)**, vol. 52, n. 2, p.393-443,1997.

BEAUD, Olivier. **La puissance de l'État**. Paris: PUF, 1994.

BERCÉ, Yves-Marie. Paysans en Révolte. **Revue l'Histoire**, 196, p.36-39, 1996.

BICALHO, Maria Fernanda *et alii*. **Culturas Políticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

BICALHO, Maria Fernanda *et alii*. **Modos de Governar**: Ideias e Práticas políticas no Império Português, séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

_____. **A cidade e o império**: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, Charles R.. **O império marítimo português, 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BULST, Neithard *et alii*. **L'État ou Le Roi**: Les fondations de la modernité monarchique en France, XIV^e-XVII^e siècles. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1996.

CARDIM, Pedro. **Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime**. Lisboa: Cosmos, 1999.

CERUTTI, Simona. **La ville et les métiers**: naissance d'un langage corporatif (Turin, 17^e-18^e siècle). Paris: EHESS, 1990.

CLAVERO, Bartolomé. **Antidora**. Milano: Giuffrè Editore, 1991.

CORNETTE, Joël. **L'Affirmation de l'État Absolu, 1515-1652**. Paris: Hachette, 1994.

CORNETTE, Joël. Voyage au Coeur de L'État de Finances. **Revue l'Histoire**, 196, p.26-35, 1996.

COSANDEY, F.; DESCIMON, R. **L'Absolutisme en France**: histoire et historiographie. Paris: Seuil, 2002.

DANIELS, Christine; KENNEDY, Michael (ed.). **Negotiated Empires, 1500-1820**. New York/London: Routledge, 2002.

DESSERT, Daniel. **Argent, pouvoir et société au Grand Siècle**. Paris: Fayard, 1984.

DOYLE, William. **O Antigo Regime**. São Paulo: Ática, 1991.

FANTONI, Marcelo. **La corte del Granduca**: Forma e simboli del potere mediceo fra Cinque e Seicento. Roma: Bulzoni, 1994.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro, 2 vols.. São Paulo: Globo, 1996 [1958].

FRAGOSO, João *et alii*. **Monarquia Pluricontinental, século XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

_____. **Na trama das redes**: Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *et alii*. **O Antigo Regime nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso. **Análise do 'Modelo' Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005[1959].

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GREENE, Jack. **Negotiated Authorities**. Virginia: University of Virginia Press, 1994.

GUEDES, Roberto (org.). **Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português**. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

GUERRA, François-Xavier. L'État et les communautes: Comment inventer un empire? In: GRUZINSKI Serge; WACHTEL, Nathan (dir.). **Le Nouveau Monde. Mondes Nouveaux**: L'expérience américaine. Paris: ERC et Ed. EHESS, 1996. p.351-364.

HARRISS, Gerald. Political Society and the Growth of Government in Late Medieval England. **Past & Present**, n. 138, p. 28-57, 1993.

HESPAÑA, António Manuel (dir.). Dossiê: Nobrezas e Aristocracias. **Penépole**, n.12, p.7-117, 1993.

_____(org.). **Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1982.

_____(org.). **Justiça e Litigiosidade**: História e Prospectiva. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.

_____. **Às vésperas do Leviathan**: Instituições e poder político, Portugal – séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

_____. **Cultura Jurídica Europeia**: Síntesis de un Milénio. Madrid: Tecnos, 1998.

JÚNIOR, Caio Prado. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1965 [1933].

KAPLISCH-ZÜBER, Christiane. **La Maison et le Nom**: Stratégies et les Rituels dans l'Italie de la Renaissance. Paris: EHESS, 1990.

KETTERING, Sharon. **Patrons, Brokers, and Clients in 17th Century France**. New York: Oxford University Press, 1986.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O Estado Monárquico, 1460-1610**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LEROY-BEAULIEU, Paul. **De la colonisation chez les peuples modernes**. Paris: Guillaumin et Cie, 1874-1902.

LEVI, Giovanni. **Le pouvoir au village**. Paris: Gallimard, 1989.

MANNORI, Luca. **Il Sovrano Tutore**, Secc. XVI-XVIII. Milano: Giuffrè, 1994.

MARTINHO, Francisco Carlos et alii. **Os intelectuais do Antiliberalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MELLO E SOUZA, Laura de *et alii*. **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. **O sol e a sombra**: Política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes *et alii*. **Império de várias faces**. São Paulo: Alameda, 2009.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes *et alii*. **Raízes do Privilégio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- PEYTAVIN, Mireille. Naples, 1610: Comment peut-on être officier? **Annales (HSS)**, 52, n.2, p. 265-291, 1997.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- _____. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e Localismo: Sobre as Relações políticas e culturais entre capital e territórios nas Monarquias Europeias dos séculos XVI e XVII. **Penélope**, nº6, p.119-144, 1991.
- PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial, 1548-1700**. São Paulo: Alameda, 2013.
- RAGGIO, Osvaldo. **Faide e Parentele: Lo Stato Genovese visto dalla Fontanabuona**. Torino: Einaudi, 1990.
- RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas**. São Paulo: Alameda, 2008.
- REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escala**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.173-201.
- RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial: Brasil, 1530-1630**. São Paulo: Alameda, 2009.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. **Na encruzilhada do império: Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro, 1650-1750**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SANTOS, Patrícia Ferreira dos. **Poder e Palavra: Discursos, Contendas e Direito de Padroado em Mariana, 1748-1764**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. La notion d'État Moderne est-elle utile? **Cahiers du Monde Russe**, 46, n.1-2, p.51-64, 2005.
- SCHWARTZ, Stuart B. et alii. **O Brasil no Império Marítimo Português**. São Paulo: EDUSC, 2009.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VIANNA, Alexander Martins. **Antigo Regime no Brasil: Soberania, Justiça, Defesa, Graça e Fisco (1643-1713)**. Curitiba: Prismas, 2015.

WINDLER, Christian. Clientèles Royales et Clientèles Seigneuriales vers la fin de l'Ancien Régime. **Analles(HSS)**, vol. 52, n. 2, p. 293-319, 1997.

WOLFGANG, Reinhart (dir.). **Les élites du pouvoir et la construction de l'État en Europe**. Paris: PUF, 1996.

Enviado em: 10/03/2016.

Aprovado em: 27/05/2016.